

Qual legislação regulamenta a licitação no Estado do Rio Grande do Sul?

- Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências;
- Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - institui a modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns;
- Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 - institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
- Lei Complementar 123, de 15 de dezembro de 2006 - institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Lei federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - normas gerais para licitação e contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda;
- Lei federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 - institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC;



SUBSECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRAL DE LICITAÇÕES

- Lei federal nº 13.303, de 30 junho de 2016 - estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- Lei estadual nº 10.066, de 17 de janeiro de 1994 - estabelece limite a ser observado nas despesas pequenas de pronto pagamento;
- Lei estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999 - institui o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública estadual - CFIL;
- Lei estadual nº 12.234, de 13 de janeiro de 2005 - dispõe sobre normas para licitação e contratação de parcerias público-privadas, institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio Grande do Sul - PPP/RS.
- Lei estadual nº 13.179, de 10 de junho de 2009 - dispõe sobre a cotação eletrônica de preços;
- Lei estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009 - dispõe sobre o pregão eletrônico no âmbito do estado do rio grande do sul e dá outras providências;
- Lei estadual nº 13.706, de 6 de abril de 2011 - dispõe sobre a concessão de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas, no âmbito da administração pública estadual;
- Decreto estadual nº 35.643, de 16 de novembro de 1994 - dispõe sobre a habilitação nas licitações efetuadas pela administração direta e indireta do Estado;



SUBSECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRAL DE LICITAÇÕES

- Decreto estadual nº 35.994, de 24 de maio de 1995 - institui modelos padrões de editais de licitação, de termos de contratos e de outros atos complementares no âmbito da administração pública estadual;
- Decreto estadual nº 36.601, de 10 de abril de 1996 - institui, no âmbito da administração pública estadual, procedimentos para avaliação da capacidade financeira de licitantes;
- Decreto estadual nº 42.020, de 16 de dezembro de 2002 - adota a modalidade de licitação denominada "pregão" para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da administração pública estadual;
- Decreto estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003 - regulamenta a lei 11.389, de 25 de novembro de 1999, que instituiu o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública estadual - CFIL/RS;
- Decreto estadual nº 42.434, de 09 de novembro de 2003 - regulamenta, no âmbito do estado do rio grande do sul, a modalidade de licitação denominada pregão, por meio eletrônico, para a aquisição de bens e serviços comuns;
- Decreto estadual nº 46.684, de 14 de outubro de 2009 - dispõe sobre a estrutura básica da secretaria da administração e dos recursos humanos;
- Decreto estadual nº 48.160, de 14 de julho de 2011 - regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública estadual;



SUBSECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRAL DE LICITAÇÕES

- Decreto estadual nº 49.291, de 26 de junho de 2012 - institui a Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC;
- Decreto estadual nº 50.274, de 24 de abril de 2013 - dispõe sobre as modalidades de dispensa e de inexigibilidade de licitação;
- Decreto estadual nº 52.215, de 30 de dezembro de 2014 - dispõe sobre procedimentos a serem observados pela administração pública estadual na contratação de serviços continuados ou não que envolvam fornecimento de mão-de-obra;
- Decreto estadual nº 52.768, de 15 dezembro de 2015 - institui o submódulo de contratos de serviços terceirizados – CST;
- Decreto estadual nº 53.173, de 16 de agosto de 2016 - regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.